

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO EM AREIA BRANCA-SE: Apontamentos de trabalho de campo

Adelvan Santos Dória¹
del_adelvan@hotmail.com

Claudio Ubiratan Gonçalves²
claudio.ubiratan@ufpe.br

Palavra chaves: monocultura – modernidade – agricultura camponesa

Nesse estudo abordaremos duas questões, a primeira trata-se do camponês que representa uma das mais importantes categorias sociopolíticas no tratamento da questão agrária do Brasil. Na outra questão levantaremos de modo superficial o caso do agronegócio que vem crescendo em ritmo acelerado e conquistando novos territórios, sobretudo nas regiões Centro-Oeste e Nordeste do Brasil. É importante esclarecer que estes escritos são reflexões superficiais resultantes de coleta de informações e observações sistemáticas realizadas em aulas de campo para a disciplina de Geografia Agrária ministrada na UFS.³

O camponês apresenta-se em pequenas propriedades, produzindo para o autoconsumo, e a renda obtida com excedente serve a obtenção de bens industrializados e outros gêneros agrícolas que porventura não os obtenham na sua própria lavoura. É interessante notar que esse mesmo camponês é contraditoriamente necessário e um entrave ao modo de produção capitalista. Necessário por que representa uma grande reserva de mão-de-obra tanto para cidades quanto para os empreendimentos agroindustriais.

A necessidade do camponês vai muito além de reserva de mão-de-obra para as cidades, a produção camponesa tida como uma relação não-capitalista vai favorecer ao capital na medida em que a renda fundiária se metamorfoseia em renda capitalista, isso acontece no caso brasileiro relatado por A. de Oliveira (1991), quando fazendeiro/capitalista arrenda a terra ao camponês, este paga com produtos geralmente a metade da produção, conhecido como parceria essa forma de relação de produção é tida como pré-capitalista (ou não-capitalista). Apesar de haver exploração neste caso ela se dá de forma diferente da do modo de produção capitalista. No MPC (Modo de Produção Capitalista) o fazendeiro/capitalista irá explorar através de relações de trabalho assalariadas, conferindo aí uma acumulação capitalista através a extração da mais-valia.

O camponês torna-se também um entrave por que representa em certos casos uma traição as leis capitalistas, pois no Brasil muitos camponeses acabaram resistindo às leis do MPC, assim que é comum as expropriações dos meios de produção (terras e equipamentos) dos agricultores familiares camponeses, esses procuram novas terras para ocuparem, não completando o ciclo capitalista de expropriação e exploração da mão-de-obra. Esses são conhecidos com posseiros e é nas regiões norte e nordeste do Brasil que esse representam uma importante parcela da produção agrícola e da população rural.

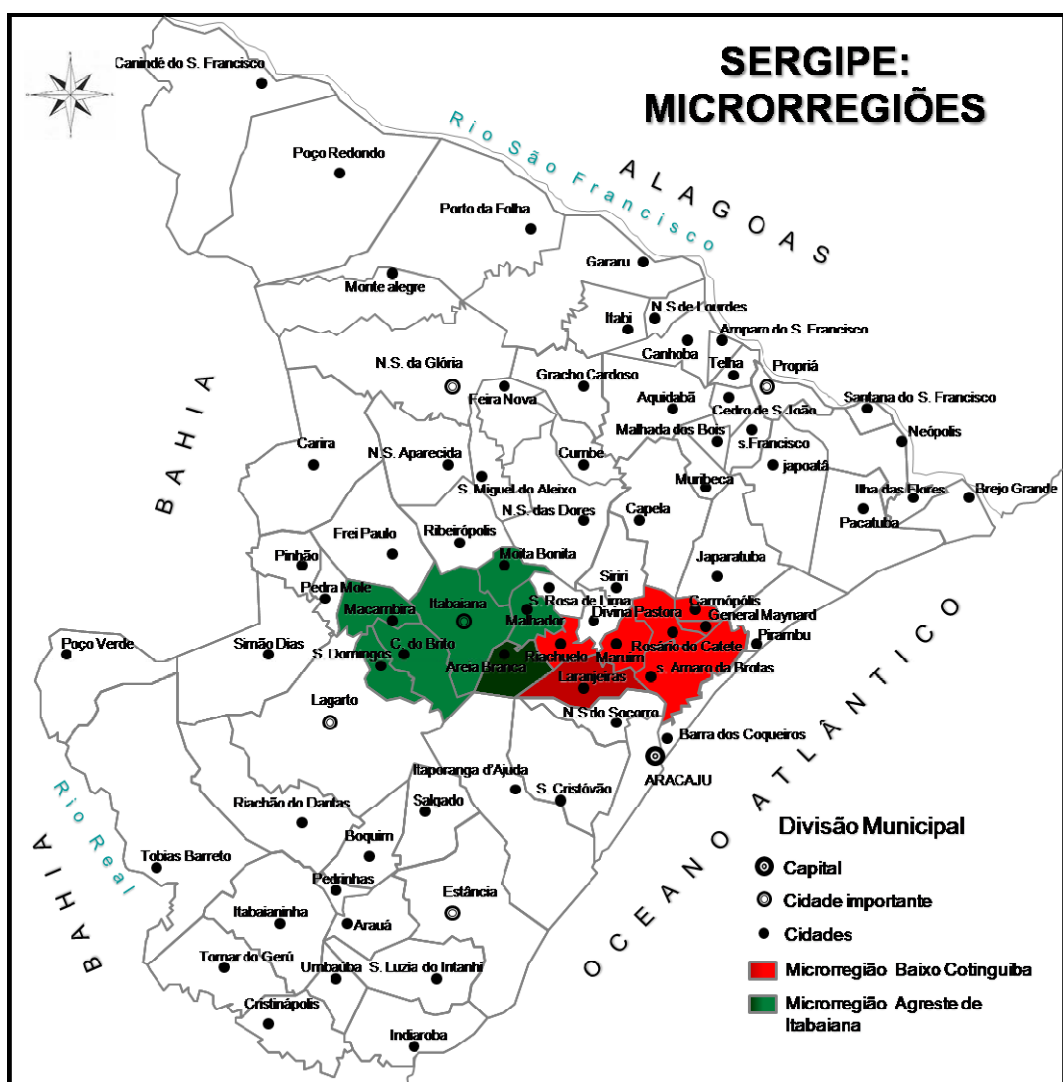
¹ Aluno de Graduação de Geografia da Universidade Federal de Sergipe – Campus Itabaiana.

² Professor adjunto da Universidade Federal de Pernambuco.

³ A disciplina e os trabalhos de campo ocorreram no ano de 2008.

O tipo de agricultura produzido pelos camponeses utiliza menos tecnologia, pois a mesma exige uma inversão de capitais, coisa que não é muito comum entre agricultores familiares camponeses. Já que tudo que é obtido com produção como já vai para o auto-sustento de sua família. Porém essa produção dinamiza vários setores da economia do Brasil, e responsável pelo dinamismo de certas regiões como no Nordeste, a região do agreste. Os setores de abastecimento interno necessitam desta produção, pois nada é exportado. A produção camponesa brasileira em muito vem sustentado tanto a família brasileira urbana quanto a indústria em termos de alimentos baratos e com certa qualidade e quantidade.

Mapa Político de Sergipe (Microrregiões do Baixo Cotinguiba e do Agreste de Itabaiana)



Fonte: Secretaria de Planejamento do Estado de Sergipe, 2008.

Já a agronegócio produz principalmente para o mercado externo, fazendo exatamente o oposto do que fazem os camponeses. Faz o uso intensivo de tecnologia, chegando ao ponto de se observar em certos autores a denominação de agricultura científica. O agronegócio controla na região nordeste do Brasil uma vastidão de terras, na maioria das vezes os solos mais férteis.

O dinamismo e as diferenciações no território, provocadas pelo agronegócio vem sendo alvo de vários estudos dentre os quais destacamos:

Essa forma de apropriação do território veio da necessidade de o capital tem-se de expandir pelo campo, em busca de novas fronteiras para sua necessidade de reproduzir-se e ampliar-se. A necessidade de maior expansão faz com que esses novos empreendimentos capitalistas acabem invadindo e se apropriando de porções do território cada vez maiores. Essas terras eram muitas vezes ocupadas por agricultores camponeses, as desapropriações dos mesmos e a não incorporação desses a nova economia globalizada fazem surgir conflitos pela posse das terras em vários pontos do território brasileiro. A agropecuária empresarial se desenvolve no país desde o período do comércio em grande escala. Mas apenas nas últimas décadas do século XX apresentou mudanças radicais, quando recebeu forte influência das mesmas leis que regiam os demais setores econômicos, assim como a vida de relações sociais. Isso se deve ao fato de a revolução tecnológica também ter atingido essa atividade, que passou a incorporar os principais paradigmas da produção e consumos globalizados, em consonância com as transformações gerais do restante da sociedade (MARAFON, 2008, p. 51).

A produção camponesa e o agronegócio se contrapõem no que tange as relações de produção, porém foi com base nestas duas formas distintas de apropriação do território que se produziu um estudo de campo, onde foi visto que essas duas relações de produção se diferem e também se complementam uma lado ao lado da outra, numa mesma porção do espaço agrário brasileiro, dentro de um município do agreste nordestino.

A Dinâmica Camponesa e o Funcionamento do Agronegócio em Areia Branca

O município de Areia Branca no Estado de Sergipe na região Nordeste do Brasil, apresenta-se dividido entre duas áreas rurais distintas. Uma área é tomada pela influência da agroindústria, e a segunda é influenciada pela agricultura do tipo camponesa. Discutiremos primeiramente a agricultura camponesa.

A área oeste do município de Areia Branca está mais ligada à agricultura camponesa, é formada em sua maior parte por solos mais arenosos, não tão férteis como os argilosos da parte oriental do município, mas assim aquele ainda propicia uma rica produção hortifrutigranjeira. O solo é visto por esses camponeses como uma dádiva de Deus, e ao contrario de como trata a sociedade capitalista, dele se apropria quem deseja trabalhar, a terra não precisa ser corrigida (nos moldes da revolução verde), ela dará ao homem o que dela ele poder tirar dela. E não necessita de melhorias para aumentar o seu rendimento, “O homem deve saber que a terra ‘precisa ser bem tratada’, do que resulta uma forma de reciprocidade positiva” (WOORTMAM, 2003).

As diferenças entre os solos e suas formas de utilização remontam a questão do território, enquanto o agronegócio apropriá-lo para transformá-lo em mais um meio de reprodução do capital e camponês se utiliza da terra para a sua sustentação e para sua reprodução e de sua família. Ainda sobre a questão do solo para o agricultor camponês, WOORTMANN em seu artigo, O saber tradicional camponês e inovações, fala de denominações dadas por camponeses sergipanos a essa diversidade de solo, que encontramos também em Areia Branca:

Também os solos podem ser quentes ou frios, ou transitar do quente para o frio. Solos argilosos são sempre quentes, enquanto os arenosos que possibilitam uma lavoura “malhada”, inicialmente quentes vão se tornando frios, e podem ser adubados com unto, isto é, o estrume animal que é quente. Já terras quentes nunca podem receber o unto. (WOORTMANN, 2003, p. 135)

No trabalho de campo visitamos agricultores camponeses na comunidade denominada Junco, distrito pertencente ao município em estudo. Para isso cita-se a propriedade de um dos entrevistados, onde produz diversas categorias de hortaliças, ao que nos informa utilizando o sistema orgânico. Podemos considerar esses agricultores como camponeses, pois produzem para o auto-sustento e uma parte da produção vai para o auto-consumo, e é também uma produção agroecológica, pois o sistema orgânico o permite, mas trataram disso numa outra parte deste trabalho.

Localizado ao lado da zona agroaçucareira, a área de produção camponesa, fica na parte ocidental. Nela encontramos uma variedade enorme de lavouras, tanto as de cultura permanentes (laranja e coco) como as temporárias (milho, mandioca, feijão, tomate, amendoim). Os produtores dessa área de Areia Branca, ao contrário do agronegócio com grande concentração fundiária, apresentam-se distribuídos em pequenas propriedades. A inversão de capitais nessa lavoura é menor que na agricultura científica, e na lavoura camponesa de Areia Branca o retorno tende a ser bem maior já que foi investido nesta menos capital.

A agroindústria não está presente em Areia Branca, pelo menos no que diz respeito ao seu estado físico, mas controla grandes propriedades areiabraquenses. As mesmas foram arrendadas a uma usina localizada no município vizinho de Laranjeiras para produção canavieira. Os latifúndios monocultores estão localizados na parte leste do município, encontram-se aí devido à produção canavieira voltada para o abastecimento dessa agroindústria e é lá que encontramos uma produção com características do agronegócio.

Outro fato relevante é que nesta parte do território de Areia Branca apresenta-se em sua maior parte o vertissolo, um tipo de solo argiloso, que é bem apropriado à produção de cana-de-açúcar. Deste modo, é importante observar que o fato da presença do referido solo, mais conhecido por massapé, e os fatores da ocupação histórica na zona da mata nordestina para esse tipo de cultura, por si só não explicam a presença contínua da produção canavieira na região nordeste do Brasil, mas está atrelado ao próprio interesse de reprodução e ampliação do capital. Este (o capital) se apropria do território em busca de lucros e geração de desigualdades sócio-espaciais.

Para entendermos os fatos que explicam a existência da monocultura de cana-de-açúcar na parte oriental do município, temos que inseri - lá no contexto do agronegócio.

Compreende-se que historicamente sempre foi forte a presença da cultura da cana, muitos latifundiários mesmos considerados conservadores se adaptaram à modernidade, sem precisar mudar o produto, mais sim a forma de cultivá-lo. Àqueles buscam sempre manter seu poderio dentro da esfera econômica utilizando-se agora do que Milton Santos chama de meio técnico-científico-informacional, que irá permitir um novo uso do território, um local para reprodução intensiva do capital. Sobre esse modelo de produção agropecuário Marafon (2007) relata:

“Esse modelo oferece novas possibilidades para a acumulação ampliada do capital no setor e viabiliza significativa intensificação do capitalismo no campo, com o incremento do agronegócio, totalmente regulado pela economia de mercado (em razão das demandas urbanas e industriais) e pelos interesses das grandes holdings hegemônicas dos complexos agroindustriais, cuja produção e consumo se dão de forma globalizada”.

(MARAFAON, 2007, p. 49)

Na visita feita à Agroindústria, que administra a maioria das fazendas de cana da região, onde um dos entrevistados nos informou sobre os processos produtivos. Hoje se produz cana-de-açúcar através de métodos de análise do solo, viabilidade de novos cortes ou replantio, já que essa planta tem caráter regenerativo, para isso leva-se em conta o custo-benefício, utilizando-se de alta tecnologia e de princípios de mercado. Através do meio técnico-científico-informacional e de todo o aparato mercadológico, torna-se possível obter informações sobre até quando compensa optar ou não pelo replantio, segundo o mesmo entrevistado.

Desse modo apresentamos os dados estatísticos que trazem a área de produção e a rentabilidade de cada cultura.

Tabela 1 - Produção agrícola de Areia Branca

Produto	Área plantada (Hectares)	Valor da produção (R\$)
Amendoim	110 Hectares	224 mil
Maracujá	18 Hectares	162 mil
Coco-da-baía	62 Hectares	98 mil
Cana-de-açúcar	630 Hectares	1.933 mil
Melancia	60 Hectares	396 mil
Tomate	55 Hectares	1.056 mil
Banana	82 Hectares	432 mil

Fonte: IBGE (2007)

Os próprios dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) de 2007 revelam a rentabilidade por cultura, sendo que várias das culturas camponesas saíram bem melhor que a monocultura da cana. O exemplo cita-se o tomate produzido por pequenos agricultores rendeu numa área de 55 hectares cerca de 1,05 milhões de Reais, enquanto a monocultura científica da cana-de-açúcar rendeu 630 hectares pouco mais de 1,93 milhões de Reais. Percebemos que a lavoura canavieira numa área cerca de 11 vezes maior, não chegou a produzir nem 2 vezes mais o valor do tomate (em R\$). E ao longo da história sempre foi assim, como afirma Caio Prado Junior:

A cultura da cana somente se prestava, economicamente, a grandes plantações. Já para desbravar convenientemente o terreno tornava-se necessário o esforço reunido de muitos trabalhadores: não era tarefa para pequenos proprietários isolados. Isso feito, a plantação, a colheita e transporte do açúcar, só se tornava rendoso quando realizado em grandes volumes. Nestas condições, o pequeno não podia subsistir. (Prado Jr. 1985, p.18)

Explicado o fato de ainda manter-se a produção da cana mesmo sem ter maiores rendimentos pelo viés histórico, é oportuno destacar que a agroindústria que controla as fazendas deste município estudado beneficia a cana-de-açúcar também para obtenção do Álcool combustível, hoje de grande valor no mercado, muito embora esta produção de bicompostíveis

venha do subproduto do açúcar, revelando que o forte interesse dessa agroindústria ainda seja mesmo o velho e barato açúcar.

Considerações sobre a área de estudo

O plantio de cultivares orgânico iniciou-se em 1985 e até hoje não recebem incentivo algum do Estado. Já a agroindústria remota aos séculos XVII e XVIII, onde eram chamados à época de engenhos, porém certos autores, tal como Caio Prado Junior, já consideravam um empreendimento, a empresa agrícola da cana-de-açúcar. E esses empreendimentos sempre tiveram o apoio e a conveniência do estado, nos casos mais recentes, desde o PROALCOOL dos Governos militares da década de 1970 até expansão incentivada pelo governo atual, dos denominados agora de bicomustíveis ou biomassa.

A configuração espacial das pequenas propriedades familiares de produção orgânica, o destino da produção agrícolas dessas lavouras estava entre os estudos da pesquisa de campo bem como o funcionamento do agroindústria, porém durante as observações de campo surgem novas questões. Entre as questões dessas observações estão: quais as condições de vida dos trabalhadores na lavoura canavieira, e da àquelas pessoas que trabalham para si na agricultura camponesa?

A condição de vida dos assalariados da agricultura científica é bem inferior à dos agricultores camponeses familiares, tendo em vista que aqueles enfrentam condições inóspitas de trabalho, pois para receberem a quantia de 3(três) reais enfrentam a tarefa de cortarem uma tonelada de cana. Observamos que em média se consegue tirar entre 4 e 5 toneladas do produto por dia. Sabendo disso suspeita-se que a renda não chegue a atingir nem o atual salário mínimo de 465,00, porém para complemento do salário a agroindústria fornece semanalmente uma pequena cesta básica, se caso esses trabalhadores atingirem as cotas mínimas.

Os agricultores camponeses estão organizados em torno de uma associação, comercializam a maior parte da produção, esta é dirigida ao seletivo grupo consumidores de produtos orgânicos, produtos que em geral são mais caro que os convencionais, e uma outra parte fica como sempre fica para o auto-consumo, o que aumenta o rendimento do agricultor camponês, haja vista também que esse agricultor não tendo que gastar com a compra de certos alimentos, acaba desse modo aumentando ainda mais o poder aquisitivo. Em posse desses dados pode-se dizer que aonde se produz cana-de-açúcar, há um decréscimo nas condições de vida e de trabalho, uma vez que o poder aquisitivo desses proletários rurais é achatado, dificultando o acesso a vestuário, alimentação, saúde e higiene pessoal, em se tratando das condições precárias de trabalho o fato é que a cana-de-açúcar é colhida de forma manual, o que acarreta alta periculosidade devido ao uso de instrumentos cortantes (como o Facão, uma faca de ferro muito

amolada de mais de 50 cm de gume), à exaustiva jornada de trabalho de 12 horas e à tarefa de colher toneladas de cana-de-açúcar em um único dia.

Entretanto, se estes trabalhadores, que tem a mais-valia extraída pelos que detém os meios de produção, tivessem a posse dessas terras apresentariam um padrão de vida igual ou superior aos dos agricultores familiares orgânicos, pois essas terras ocupadas pelo latifúndio são de produtividade bem superior. Pois sendo este um solo mais argiloso, fica úmido logo acima da camada superior do regolito, isso acontece mesmo em épocas secas, pois é um solo menos impermeável drena pouca água que recebe das chuvas para os lençóis freáticos o que contribui ainda mais com relação a sua qualidade.

A dependência, como foi demonstrada durante as visitas, nos processos produtivos é mínima, tudo o que se produz é aproveitado, só necessitando de alguns produtos que entram no composto orgânico para adubação das plantações nessas propriedades de cultivo orgânico, podendo ser substituídos como no caso da mamona (comprada de agroindústrias) por “esterco de galinha”, um tipo de adubo orgânico produzido a partir de aves da própria propriedade camponesa. Portanto, não tendo que se endividar tanto, e nem ficando dependentes de insumos agrícolas com relação ao mercado monopolizado, onde um seleto grupo de multinacionais detém uma parcela muito grande do mercado, concentrador de tecnologias e capitais. Esses agricultores resistem à lógica do capital no campo, a da dependência de insumos agroindustriais e de ter sua produção entregue aos atravessadores ou as próprias indústrias a preços irrisórios, pois eles se reúnem em uma cooperativa que possuem duas lojas, uma localizada no município de Itabaiana e outra na capital sergipana, onde toda renda obtida com a venda desses produtos é repartida por esses agricultores.

Na agricultura orgânica não é feito nenhum tipo de queimada e também não se usa agrotóxicos, e nem se utiliza de insumos agrícolas próprios à agricultura científica: como a mecanização, os métodos de análise e correção do solo, através principalmente de adubos químicos e outras formas de intervenções bioquímicas e às vezes genéticas. Pode-se afirmar que é que esses agricultores têm uma produção agroecológica.

Como foi demonstrado pelos dados do IBGE, pode-se afirmar que se fosse praticada agricultura familiar na área onde se encontra a monocultura canavieira, o rendimento poderia ser até maior, ainda pela questão do solo argiloso ser mais fértil, que diferentemente do usado pelos agricultores familiares em sua maioria um solo mais arenoso, por isso menos fértil. Isso seria uma ótima solução caso o Governo resolvessem através de medidas de segurança alimentar, desapropriar essas terras e criar o processo de “recolonização” dessas, e transformando-as em grandes “celeiros agrícolas alimentares”, com uma rica e desenvolvida lavoura familiar orgânica, produzindo alimentos mais saudáveis melhorando a qualidade de vida e as condições de

trabalho dos atuais “proletários rurais”, pois a produção familiar é quem no Brasil mais produz alimentos para a população, e além de produzir para o auto-consumo. Reduzido os gastos com a alimentação, esses “novos camponeses”, com seu poder aquisitivo maior, haveria o consumo de mais produtos industrializados, beneficiando assim o setor secundário e conseqüentemente o setor terciário da economia.

Referências bibliográficas

MARAFON, Gláucio José. **Abordagens teórico-metodológicas em Geografia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de e MARQUES, Marta Inez. **O Campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Ed. Casa Amarela e Ed. Paz e Terra, 2004.

PRADO Jr., Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 4º ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

WOORTMANN Ellen F. & WOORTMANN Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Edunb, 1997.